



----- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AVENIDAS NOVAS, REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

----- ATA NÚMERO CATORZE -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e três reuniu, no Auditório da CITEFORMA, sito na Avenida Marquês de Tomar, número noventa e um, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas (*ANEXO 1*), sob a presidência do seu Presidente efetivo, José Filipe da Costa Toga Machado Soares, coadjuvado por Abel Manuel Eusébio Simões, Primeiro Secretário, e Emília Gonçalves da Costa e Silva Barradas de Noronha, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças” (*ANEXO 2*), para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – José Ferreira Marinho, Paulo Manuel Rodrigues Pires Campos Lopes e Maria de Fátima Martins Lopes Hipólito Samouqueiro. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Luís António dos Santos Duarte, Pedro Miguel da Silva Gonçalves e Francisco Maria de Sousa Machado Lopes Matias. -

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Luís Filipe Loureiro Goes Pinheiro, Fernando Marques Pereira, Sigismundo Alexandre Almeida de Sampaio Nunes, Jorge Manuel Serra D’Almeida e André Oliveira Carrilho. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** – Gonçalo Nuno Pinto Ascensão Costa Santos e Patrícia Valadão Sacadura da Silva Garcia de Borja Menezes. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Isabel Maria Laureano Varão. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – William Ricardo Teixeira Naval. -----

----- **Do Partido “CHEGA” (CHEGA)** – Luís Miguel de Macedo e Brito Pereira Nunes. -----

----- Com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Intervenção do Público; -----

----- Ordem do Dia; -----

----- Ponto 1 – Apreciação, discussão e ratificação da Celebração de Contrato Interadministrativo de Cooperação – Equipamentos Desportivos – Proposta nº 01/PRES-VJB/2023; -----

----- Ponto 2 – Apreciação, discussão e ratificação do acordo de transferência de verba – medidas de combate à inflação aprovadas pela Câmara Municipal – Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e da Componente de Apoio à Família (CAF) Ano letivo 2022/2023 - Proposta nº 01/PRES-VAX/2023; -----

----- Ponto 3 – Apreciação, discussão e deliberação sobre a Celebração de Contrato Interadministrativo de Cooperação – Higiene Urbana - Proposta nº 100 /PRES/2023; -----

----- Ponto 4 - Apreciação, Discussão e Deliberação sobre a Celebração de Contrato de Delegação de Competências – Higiene Urbana – Proposta nº 101/PRES/2023; -----

----- Ponto 5 – Apreciação, discussão e deliberação sobre a Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Cooperação – Proposta nº 102/PRES/2023; -----

----- Ponto 6 - Apreciação, Discussão e Deliberação sobre a Celebração de Adenda ao Contrato



de Delegação de Competências celebrado com o Município de Lisboa (Contrato nº 6/UCT/DRJF/2019) – Proposta nº 103/PRES/2023; -----

----- Ponto 7 - Apreciação, Discussão e Deliberação sobre a Alteração das competências referentes ao Serviço de Espaço Público e Infraestruturas da Freguesia no Regulamento da Estrutura Orgânica JFAN – Proposta nº 104/PRES/2023;-----

----- Ponto 8 - Apreciação, Discussão e Deliberação sobre a Atribuição de Subsídio sob a forma de Apoio Financeiro, no âmbito do Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros e Não Financeiros – Requerente: Associação Portuguesa Contra a Leucemia – Proposta nº 81/PRES/2023;-----

----- Ponto 9 - Apreciação, Discussão e Deliberação sobre a Moção do PSD intitulada “Operacionalidade dos hospitais em caso de sismo”; -----

----- Ponto 10 - Apreciação, Discussão e Deliberação sobre a Recomendação do PSD intitulada “Revisionismo Literário”; -----

----- Ponto 11 - Apreciação, Discussão e Deliberação sobre a Moção da CDU intitulada “Garantir o direito à habitação, combater a especulação imobiliária”; -----

----- Ponto 12 - Apreciação, Discussão e Deliberação sobre a Recomendação do CHEGA intitulada “Alteração do traçado da ciclovia da Avenida de Berna”; -----

----- Ponto 13 - Apreciação, Discussão e Deliberação sobre a Recomendação do CHEGA intitulada “Prostituição no Alto do Parque”;-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros (*ANEXO 3*):-----

----- Américo Manuel de Brito Vitorino, que justificou a sua ausência e foi substituído por Paulo Lopes. -----

----- José Manuel da Luz Cordeiro, que justificou a sua ausência e foi substituído por Maria de Fátima Samouqueiro.-----

----- Maria Fragoso Rebelo de Penha Monteiro, que justificou a sua ausência e foi substituída por Pedro Gonçalves. -----

----- Teresa Paula de Amorim Costa Vilela Dionísio, que justificou a sua ausência e foi substituída por Francisco Matias. -----

----- Dora Helena de Albuquerque Lampreia, que justificou a sua ausência e foi substituída por André Carrilho. -----

----- João Manuel Meira dos Santos, que justificou a sua ausência e foi substituído por Isabel Varão. -----

----- Pedro Miguel Rodrigues Freire da Bandeira Duarte, que justificou a sua ausência e foi substituído por Luís Pereira Nunes.-----

----- O Executivo da Junta esteve representado pelo Senhor Presidente, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, e por Ana Cristina de Araújo Pinto Xarez, Jorge Manuel da Silveira Rodrigues Barata, Sónia Marisa Magro Madeira da Cunha, José Pedro Athayde Albuquerque Soares Rebelo, Cristina Maria Fernandes Duarte Martins e Ricardo Teles Viegas Froes Spalk.--

----- Às dezanove horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- Informou que a Membro suplente do PSD Fátima Isabel da Mata Inácio entregou o pedido



de renúncia ao mandato; -----

----- O Membro Francisco Armando e Sousa de Almeida Marques do CDS apresentou a renúncia ao mandato, sendo substituído por Luís Duarte que passava a integrar a bancada. -----

----- (Tomou posse a Membro Maria de Fátima Martins Lopes Hipólito Samouqueiro) -----

----- (Tomou posse a Membro Isabel Maria Laureano Varão) -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **Freguês António Teixeira** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Eu sou Vice-Presidente da Associação de Moradores do Alto do Parque e vim hoje aqui para me dirigir a esta Assembleia porque um dos temas é a prostituição. Curiosamente esta associação foi criada por causa da prostituição há alguns anos, na sua génese está o problema da prostituição que há muitos anos temos no nosso bairro. -----*

----- *A associação tem uma posição em relação à prostituição que é mais uma posição de higiene urbana e de proteção da pessoa humana. -----*

----- *Higiene urbana porquê? Porque efetivamente o bairro confronta-se, fruto da atividade, com problemas de higiene urbana que já por mais de uma vez foram falados em diferentes fóruns. A atividade que ali se desenvolve deixa um mar... antigamente chamava-se camisas de vénus, agora são preservativos, um mar imenso. Temos um problema de fezes humanas na rua, a atividade desenvolve-se durante a noite e os passeios ficam pejados de dejetos humanos. -----*

----- *Depois há outras atividades colaterais que também causam alguma perturbação, mas esses são os dois principais problemas. -----*

----- *Depois custa-nos ver seres humanos à chuva, ao frio, ao vento, noites inteiras nos passeios, de maneira que achamos que devíamos caminhar no sentido de proteger essas pessoas, que não deveriam estar expostas aos elementos e a viver daquela forma. -----*

----- *Em relação à questão da prostituição, creio que foi na semana passada ou há dias que houve um acórdão de um tribunal superior do nosso País que é um acórdão curioso e que vem no seguimento de um julgamento que estava a ser feito de uma casa de alterne, creio que era em Valpaços. Não sei se acompanharam esse acórdão, mas o acórdão é interessante porque vem de certa forma dar liberdade às pessoas que se quiserem prostituir de o fazer, digamos assim, dizendo que a proibição dessa prática é atentatória da liberdade e da expressão sexual das liberdades individuais. -----*

----- *Isto não fui eu que o disse, estamos a falar de um acórdão de um tribunal superior deste País. -----*

----- *De maneira que não nos move efetivamente nenhuma ideia de acabar com essa atividade, o que nos move é a questão que eu referi inicialmente de todas as dificuldades e todas as perturbações que a atividade causa no bairro. -----*

----- *Depois há um aspeto importante, que é muitas vezes quem manda, digamos assim, vem-nos com um argumento dizendo que não é possível acabar com a atividade onde ela existe. Ora, isto é contrariado pelos factos. A Câmara Municipal de Lisboa, sempre que quis, acabou com a atividade em certos locais e podemos dar alguns exemplos. Um deles é o da Avenida da Liberdade, onde havia há poucos anos pensões onde se desenvolvia a atividade e na rua, onde eram angariados os clientes. Se calhar para tornar a Avenida mais apetecível para as lojas de marca, para os apartamentos caros que ali apareceram, a atividade simplesmente desapareceu*



da Avenida da Liberdade. -----

----- Segundo exemplo é que António Costa, quando foi Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, montou até o seu gabinete no Intendente e uma das razões era precisamente criar condições para afastar ou para erradicar a prostituição daquele local. O Intendente foi durante muitos anos sinónimo de prostituição, as duas palavras estavam ligadas. Há mais exemplos, há Monsanto e podemos dar muitos outros. -----

----- Portanto, nós não aceitamos o argumento de que não é possível de facto retirar a atividade daquela zona, porque a Câmara sempre que quis fê-lo e podemos dar variadíssimos exemplos. -

----- De maneira que como hoje há uma moção sobre o tema eu deixo aqui estas nossas preocupações. Não vou ocupar mais tempo, mas para terminar, como eu disse, não temos pretensões de acabar com a atividade por razões que eu já expus. Temos essencialmente um problema de vida urbana, de higiene urbana e proteção a seres humanos que têm direito a exercer a sua atividade noutras condições, não naquelas, à chuva, ao vento, ao frio, noites inteiras ali. De maneira que não aceitamos também o argumento que nos tem sido sempre dado de que não é possível resolver o problema, porque sempre que se quis fez-se. -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **Freguesa Carla Matos** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa noite a todos. -----

----- Foi com enorme prazer que estive na reunião descentralizada da Câmara Municipal de Lisboa e vim a saber através do Presidente, Engenheiro Carlos Moedas, que a ciclovia da Avenida de Berna já tinha a sua resolução. Ou seja, 108 lugares irão ser repostos para o bem do comércio e serviços. -----

----- Uma parte será mesmo eliminada, outra parte vai chegar ali ao Largo Azeredo Perdigão e subir para a Rua Marquês de Sá da Bandeira. Acho que isto são boas notícias para os fregueses e não só. -----

----- Relativamente aqui às conversas que eu tenho com os vizinhos, eles estão muito ansiosos para que haja mais uma petição para a esquadra nesta Freguesia, que faz realmente muita falta. Todos os dias há mais um assalto, já houve mais um assalto desde a última reunião até esta. Isto é realmente necessário, não vou estar a repetir aquilo que se passa diariamente, tristemente. Também sei que é do interesse deste Executivo fazer uma petição. -----

----- Em relação ao Alto do Parque, que ainda ontem por acaso lá passei na Feira do Livro e por vezes passo por lá, as câmaras de vigilância, tive conhecimento dos moradores do Alto do Parque vão ser pronunciados sobre a sua colocação ou não. Acho que isso também é bom... vejo lá a Polícia Municipal a fazer rusgas e a identificarem condutores e as prostitutas também estão lá, mas estão ali mesmo para inibir a prostituição. -----

----- Agora, a colocação das câmaras deveria ser entre o Senhor Daniel, Presidente da Junta, e os moradores, serem ouvidos e pronunciarem-se sobre a colocação ou não das câmaras de vigilância, porque isto deve ser uma iniciativa dentro do Executivo na pessoa do Senhor Presidente e dos moradores, que a eles dizem respeito. -----

----- É só, obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente da Junta**, respondendo ao freguês António Teixeira, disse que estavam atentos e sobre isso não houvesse dúvida nenhuma. Ainda uns dias atrás tinha falado



com a Senhora Dona Cadaval de Sousa, estiveram a trocar impressões. Estava constantemente tanto em cima da Polícia Municipal como da Polícia de Segurança Pública, eles garantiam que faziam visitas frequentes. -----

----- Inclusivamente a ação social da Junta com a Associação “Ninho” já lá foram várias vezes à noite falar com as senhoras que andavam na prostituição para as tentar tirar daquela... não era fácil, muitas vezes até eram indelicadas para as funcionárias. -----

----- Sobre isso não houvesse dúvida nenhuma, mas tomava nota e haveriam de reunir mais vezes sobre esse problema. -----

----- Quanto à higiene urbana, também uns dias atrás tinha falado com a Senhora Dona Cadaval de Sousa e foi lá uma equipa da higiene urbana fazer a limpeza exatamente nos locais e não só, fez uma visita ao bairro, mas a limpeza das ruas que segundo dizia estavam um bocado sujas. A limpeza foi feita, a pessoa responsável mandou-lhe a indicação de que tinha sido tudo feito e até ao momento não tinha reclamações. -----

----- Em termos de prostituição haveriam de reunir mais vezes, até para dar o ponto da situação.

----- Em relação à Senhora Carla Matos, sobre a ciclovia o problema estava feito. Houve uma série de equipas de engenheiros que ao longo desse tempo visitaram o local da ciclovia, tinha-os acompanhado com o Vereador responsável, foram estudados dois ou três projetos, chegaram a uma conclusão. Portanto, estava tudo definido e não podia nem sequer admitir uma coisa que tinha ouvido na assembleia participativa. Como seria possível ter ido lá uma jovem que estava ali na universidade, que não vivia na Freguesia, dizer que passavam pela Avenida de Berna 600 bicicletas diárias? -----

----- Isso não era verdade, isso era mentira. Além disso, não se via uma bicicleta nem uma trotinete à porta da universidade, nada. Porquê? Porque eles agora estavam a mudar para Campolide, tinham autocarros que levavam os alunos para Campolide já para as aulas que tinham lá. -----

----- Portanto, sobre isso para si era ponto assente e quanto mais depressa melhor. Aquilo era uma aberração, como sempre dissera. -----

----- Estavam a falar da ciclovia da Avenida de Berna, mas depois tinham a da Rua Castilho e da Avenida Defensores de Chaves. Primeiro queria resolver essa, mas depois iam as outras duas, não ia parar. Na Defensores de Chaves era um escândalo, o carro estava estacionado, no meio passava um ciclista e ao lado passava o carro. Imaginavam o que poderia acontecer. -----

----- Na Rua Castilho, ninguém melhor que o Senhor António Teixeira sabia, também era um perigo em determinadas zonas. A isso iriam estar atentos sem problema nenhum. -----

----- **Membro André Carrilho (PS)** disse que queria apenas fazer uma precisão, porque o Senhor Presidente acabou de levar um dado falso à Assembleia, dizendo que era impossível circular 600 bicicletas naquela avenida. Convidava-o a ver os contadores da Câmara Municipal de Lisboa... -----

----- Respondendo a um aparte, disse que então convidava o Senhor Presidente a ir publicamente confrontar o Executivo do Senhor Engenheiro Carlos Moedas que eram falsos esses contadores que o Executivo Camarário reconhecia como verdadeiros. Portanto, era falso o que o Senhor Presidente ali acabara de dizer. -----

----- **Membro Luís Pereira Nunes (CHEGA)** disse que independentemente da recomendação



sobre a prostituição no Alto do Parque, no dia anterior tinha recebido uma mensagem falada da Presidente da Associação dos Moradores do Alto do Parque e dizendo o seguinte:-----

----- “Aproveito para vos dizer que a prostituição aumentou imenso à noite, estamos outra vez com muitas brasileiras nas esquinas de todas as ruas e durante o dia também está muito mau. Há muitas sentadas nos bancos da Alameda Edgar Cardoso e cá em cima na esquina com a Alameda Cardeal Cerejeira,” -----

----- Ela permitiu que fizesse essa comunicação e comunicou que também já falou com o Senhor Presidente do Executivo sobre esse assunto. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 1 – Apreciação, discussão e ratificação da Celebração de Contrato Inteadministrativo de Cooperação – Equipamentos Desportivos – Proposta nº 01/PRES-VJB/2023 (ANEXO 4);** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que eram CDCs que iam à aprovação da Assembleia. Os CDCs das vinte e quatro Freguesias foram todos aprovados por unanimidade na Assembleia Municipal. Não tinha discussão, era para pôr à votação dos Senhores Eleitos. -----

----- **Membro Isabel Varão (CDU)** disse que o Senhor Presidente afirmou que era um assunto sem discussão, mas todos esses assuntos eram para discutir, porque ainda que a CDU tivesse aprovado, se não estava em erro em 20 de dezembro do ano anterior, na Assembleia Municipal de Lisboa essa mesma proposta, sem dúvida que havia aspetos que questionavam, nomeadamente o tempo que tinha levado para levar às Assembleias, nomeadamente a essa, tal assunto. Estavam em maio. -----

----- Depois havia uma questão que lhes dizia respeito muito particularmente. Tinham conhecimento do protocolo que foi estabelecido com o Clube de Natação de Lisboa relativamente à utilização das piscinas, que, não falhando a sua memória ou a memória coletiva de que era porta-voz, foi também aprovado pela CDU. Portanto, não tinham nada a objetar, mas queriam saber o que se sucedia, se o Clube de Natação de Lisboa foi afastado em condições muito próprias da frequência da piscina ou não. Era uma questão que preocupava os dirigentes associativos, mas também preocupava toda a população que através deles usufruía da piscina. Portanto, agradecia uma resposta cabal. -----

----- Tanto quanto sabiam, esse contrato interadministrativo visava ultrapassar dificuldades financeiras decorrentes do aumento de custos. Para a CDU essa questão era sensível, porque tinham a noção concreta das dificuldades que a população estava a passar, os pensionistas, os trabalhadores por conta de outrem, que viam os seus salários reduzidos por força da inflação e não só, também por alguma cegueira institucional. Havia uma questão que queriam pôr, se de facto esse apporto financeiro se iria refletir no que os utilizadores pagavam, ou se era como “as contas certas” que acabavam por não se refletir nos salários e nas pensões. -----

----- Eram essas questões que queria levantar, sendo que o voto da CDU era claramente a favor, tendo em conta a posição já tomada na Assembleia Municipal. -----

----- **Membro Gonçalo Santos (IL)** disse que, relativamente a esses contratos de delegação de competências, tivera notícia de que as Juntas costumavam fazer relatórios de execução desses contratos. Não sabia se a Assembleia de Freguesia costumava ter esses relatórios de execução, mas caso não fosse hábito poderia ser um excelente hábito que fossem partilhados pela Assembleia de Freguesia. -----



----- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que nos relatórios de execução financeira que eram obrigatórios em todas as Assembleias ordinárias, uma vez que os CDCs e todos esses protocolos tinham de ser integrados em Orçamento, conseguia-se ver a taxa de execução nesses mesmos relatórios de execução financeira. -----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que pensava ir abordar ponto por ponto todos os CDCs, estavam a falar genericamente. -----

----- Em relação ao ponto 1 o PS iria votar favoravelmente e só queria dar nota de dois aspetos. Um primeiro que nesse caso era excepcional e iam ratificar situações que já estavam assinadas pelo Executivo, tanto no ponto 1 como no ponto 2, sem ir à Assembleia. Evidentemente que os valores não eram elevados, mas a sugestão era que evitassem essas situações no futuro, tanto mais que isso foi assinado em 27 de dezembro quando tinham tido uma Assembleia em 17 de dezembro e onde provavelmente poderia ter sido autorizado. Não sabia se já estava deliberado em reunião ou não, mas nessas datas poderiam eventualmente ter ido à Assembleia. -----

----- Outro aspeto era que esse CDC já esteve na última Assembleia porque era para integrar na alteração orçamental, visto que já tinha sido assinado, só não fizeram a alteração orçamental porque não tinha sido aprovado em Assembleia. Estando a pedir a ratificação, perguntava por que razão não foi também a alteração orçamental e assim despachavam também isso e o Executivo tinha capacidade para executar. Assim tendo a alteração orçamental efetuada, perdia-se menos tempo e dava-se mais margem de manobra ao Executivo. -----

----- **Membro José Marinho (PSD)** disse que fazia suas as palavras do orador anterior. De facto, todas essas coisas tinham de ter uma situação sequencial e por bondade dos Membros da Assembleia na última Assembleia ordinária foi aceite retirar esse CDC do ponto 1 como o CDC do ponto 2 e aprovarem. Independentemente de estarem incorporados no orçamento rectificativo, para que o Executivo não ficasse órfão de um milhão e novecentos mil euros. A Assembleia foi generosa para com o Executivo e o andamento dos trabalhos da Freguesia. -----

----- Era de bom tom, uma vez que foram à Assembleia esses dois contratos, que houvesse um orçamento rectificativo como ponto a seguir aos dois, tal como tinha sugerido anteriormente. Tinham de ser aprovados os dois CDCs e se fossem ambos aprovados seria então aprovado o orçamento rectificativo, teria de ser sempre depois. Era uma crítica construtiva e que esse dinheiro já pudesse entrar numa situação organizativa do Executivo. -----

----- De qualquer das maneiras, como todos sabiam, esses CDCs não eram iguais para todas as Freguesias. Esse tinha um cariz de haver uma piscina com um grande consumo elétrico e, como podiam ver na página 2, era um auxílio financeiro precisamente para a parte energética essencialmente. Para si esses 40 mil euros não chegavam, se calhar havia a argumentação de não dar para mais, não sabia. O que sabia era que já no ano anterior aconteceu, havia também um contrato interadministrativo que lhes foi concedido e também não percebia muito bem que sendo aprovado em 27 de dezembro de 2022 não tivesse isso anteriormente. Ou não tinha havido ainda a assinatura ou o despacho entre a Câmara e a Junta, ou havia qualquer coisa em que a Junta não andava a nadar em dinheiro e não estava a correr bem. -----

----- Também no PSD gostavam de saber se havia conhecimento nesse momento que pudesse ser explicado, porquê aparecer só cinco meses depois e se podia ter aparecido ou não antes. -----

----- **O assessor do Senhor Presidente** disse que tinham razão. Verificou-se que os CDCs estavam distribuídos por vários pelouros e nesse momento estavam concentrados num grupo de



trabalho que só tratava de forma integrada dos CDCs. Todos os outros eram trabalhados de forma integrada e seriam constantes de relatórios de forma integrada. A questão do atraso e da falta de alguma informação iria com certeza ser ultrapassada. -----

----- Também estavam de acordo no levarem ali os CDCs para serem aprovados quando já estavam aprovados na Câmara e depois levar a alteração orçamental, achava que sim, deviam todos ali chegar a um acordo e ia tudo ao mesmo tempo, mas havia um senão. Levar ali os CDCs, só depois de serem aprovados pela Assembleia eles podiam ser integrados no Orçamento, mas se a Assembleia assim o entendesse e se todos chegassem a esse acordo fariam tudo ao mesmo tempo, estavam era sujeitos a que algum dos Senhores dissesse que queria primeiro aprovar os CDCs e que depois fosse apresentado o orçamento rectificativo. -----

----- Haver o trabalho que se desenvolvia para fazer um orçamento rectificativo e depois os Senhores não aprovarem o CDC, o orçamento rectificativo e todo o trabalho que se fez era inglório. Era só uma questão cronológica e mais nada. -----

----- **Membro José Marinho (PSD)** disse que fazia um *mea culpa* porque nesse momento o assessor do Senhor Presidente deu-lhe uma grande lição que precisava também. Tinha-se esquecido de um pormenor, que de facto só podia ser feita a retificação orçamental depois de aprovar na Assembleia e tinha de ir ao Executivo para aprovar a incorporação. -----

----- Tinha dito erradamente que na última Assembleia já tiveram esses dois pontos, embora não os tivessem discutido, que seria na parte da bondade que referira de aceitação da Assembleia, como já aceitou retirar, que iria agora também aceitar que fosse incorporada, mas de facto as normas e a Lei o que diziam era que depois de aprovado na Assembleia tinham de ir ao Executivo para, em discussão de direção, fizesse a respetiva retificação. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que independentemente de qual fosse o Executivo a Assembleia poderia votar em sentido contrário. Portanto, também tinha recebido uma lição, estava a contar que houvesse na ordem do dia a aprovação da incorporação e o assessor do Senhor Presidente acabou de explicar e bem porque mesmo hipoteticamente havendo uma maioria absoluta a sustentar o Executivo, mas podia haver algo que suscitasse alguma dúvida, o CDC ser reprovado e ter de se fazer novamente todo o trabalho. -----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que o Membro José Marinho foi muito simpático e achava que recebeu uma lição, mas no PS não recebiam lições. -----

----- A questão era que nos pontos 1 e 2 estavam a ratificar e as forças políticas na Assembleia obviamente que iam aprovar, não deixariam ficar o Executivo numa situação melindrosa de ter assinado dois CDCs e a Assembleia dizer que não, a não ser que fosse uma coisa gravíssima. Eram coisas de pequena monta, questões sociais, que não iriam certamente recusar a aprovação desses CDCs. -----

----- Quando se referia era a esses dois CDCs, estavam a ratificar. Não estavam a aprovar, estavam a ratificar uma coisa que já foi assinada pela Junta e não lhes passava pela cabeça deixar a Junta numa situação muito melindrosa. Era apenas isso que queria dizer. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que percebia também esse ponto de vista e permitissem-lhe fazer um pouco de pedagogia. Não pensavam todos da mesma maneira e de facto os Membros Fernando Pereira e José Marinho de formas diferentes acabaram por dizer mais ou menos a mesma coisa. -----

----- Era um pouco mais novo, mas já tinha visto tudo em política. Portanto, mais valia prevenir



do que remediar e “cauteladas e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém”, citando o povo que era quem sabia.-----

----- Constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Ratificação da Celebração de Contrato Interadministrativo de Cooperação – Equipamentos Desportivos – Proposta nº 01/PRES-VJB/2023**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 18 votos a favor (PS, CDS-PP, PSD, CDU, IL e BE) e 1 abstenção (CHEGA)-----

----- **Ponto 2 – Apreciação, discussão e ratificação do acordo de transferência de verba – medidas de combate à inflação aprovadas pela Câmara Municipal – Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e da Componente de Apoio à Família (CAF) Ano letivo 2022/2023 - Proposta nº 01/PRES-VAX/2023 (ANEXO 5);**-----

----- **Membro Gonçalo Santos (IL)** disse que gostaria apenas de saber em que condições era dado esse apoio, se havia alguma forma objetiva de avaliar as famílias com necessidade e as empresas também, se bem que era mais difícil. Saber como era feita essa avaliação, porque da documentação não conseguia perceber e isso era o busílis da questão.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que se a memória não o traía isso teria a ver com atividades educativas. A componente de apoio à família, os CAFs, era o apoio prestado nas escolas.-----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que esse CDC carecia das mesmas preocupações, mas já falaram abundantemente sobre o tema. Só frisava que ele ia ali por 8890 euros e foi assinado por 14817, ainda bem que não aprovaram então na última Assembleia, que agora estava o valor alterado.-----

----- Tinha duas perguntas relacionadas com essa matéria da educação. Essa comparticipação era o facto de a Câmara propor que se baixasse a comparticipação das famílias, como a Junta tinha menos esse valor a Câmara compensava. O que queria perguntar ao Executivo, talvez ao pelouro da educação, era se estavam a praticar as tabelas máximas ou se ainda tinham algum benefício adicional, ou se praticavam as tabelas que estavam previstas pela Câmara.-----

----- A segunda questão não tinha a ver com esse CDC, mas no ano anterior o Executivo recusou um CDC do fundo de emergência social na vertente de apoio aos agregados familiares porque o valor que a Câmara pretendia dar era insuficiente para o número de famílias que estavam a apoiar. Queria perguntar se houve novidades relativamente a esse CDC, se houve de facto acordo com a Câmara e em que situação estavam nesse momento.-----

----- **Membro Isabel Varão (CDU)** disse que se tratava de uma ratificação, como já vastamente foi salientado. Também com esse se passava algo de idêntico em relação ao ponto 1, foi aprovado em 29 de novembro de 2022 e só agora ia finalmente à Assembleia.-----

----- Relembrava que essas medidas estavam contidas numa proposta do PCP que foi à Assembleia Municipal naquela data. No entanto, ficava bastante aquém daquilo que foi proposto pelo PCP, que propôs a isenção total do contributo das famílias para essas atividades e para esses fundos de apoio familiar. Ficava muito aquém daquilo que seria desejável e que propuseram. ---

----- Havia uma contabilidade que tinha de ser feita relativamente aos apoios à família nesse âmbito, relativamente ao que se passou em 2022 e ao que se passava no ano 2023. A sua pergunta era simples, saber se os montantes seriam retificados a partir de janeiro, com os respetivos retroativos.-----

----- Em relação ao ponto 1 e à questão que levantara, do reflexo nos utilizadores dos apoios



concedidos pela Câmara, não foi dada resposta. -----

----- **Membro José Marinho (PSD)** disse que ia à Assembleia a primeira prestação no valor de 8890,78 euros de uma aprovação na Câmara de 12817,97 euros. A segunda tranche e a terceira teriam de ser muito pequenas. -----

----- Efetivamente não se compreendiam muito bem esses valores quando se tratava de educação. Parecia que a educação no País era o filho pobre quando devia ser o filho rico que todos queriam, a juventude a ser melhorada e ensinada. -----

----- Essa medida do apoio excecional às famílias não tinha nada de excecional às famílias, porque respondia só em apoio às entidades executoras. Nem entrava a parte da família, a parte que foi aprovada.-----

----- Nesses casos, independentemente de ver que aí a Junta não conseguia fazer nada, assinou um acordo, sempre eram mais catorze mil que iam entrar de apoio para uma situação que não tinham outra maneira, correspondendo à parte executora que a Junta de Freguesia tinha nas escolas. -----

----- Tinha ficado muito agradado na Praça Nuno Gonçalves ver a criançada da escola primária a ensaiar as marchas, com som e as pessoas todas a pararem os carros, a saírem dos carros e a verem. Isso aconteceu nos dois dias anteriores. -----

----- Numa entidade executora e viam que as escolas estavam cada vez com mais necessidades, físicas e de materiais, terem um apoio tão fraco de catorze mil... certo de que era mais um, mas era muito cortado, ali mesmo dizia que foi cortado. Daí que enquanto PSD pedissem ao Executivo para nesses casos ver se conseguia pôr um pouco mais de carvão quando havia essas situações para aprovação, porque também tinham representação na Câmara, para ver se iam outros apoios e as crianças terem mais condições.-----

----- **Membro Luís Pereira Nunes (CHEGA)** disse que queria só fazer um esclarecimento em relação à posição de abstenção no primeiro ponto e principalmente nesse segundo ponto. -----

----- Não eram contra os apoios, deviam todos apoiar as famílias mais desfavorecidas. No entanto, já foi ali referido e não podia deixar nem escamotear a situação da ratificação de algo que não votaram. Para já voltariam a abster, se isso voltasse a acontecer não iam ser meiguinhos nem fofinhos para o Executivo e iriam votar contra. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que para responder à Membro do PCP passaria ao Vogal Jorge Barata. Queria que ficasse elucidada sobre a razão do Clube de Natação de Lisboa não estar nesse momento nas instalações.-----

----- **Vogal do Executivo Jorge Barata** disse que o Clube de Natação nunca foi afastado pelo Executivo, foi o Clube de Natação que se afastou. Depois de trocarem imensos mails a elaborar um protocolo onde ambas as partes estavam de acordo e depois deles terem concordado com o que estava protocolado marcou-se um dia para a assinatura e nesse dia a direção do Clube de Natação de Lisboa recusou assinar esse mesmo protocolo. -----

----- Não tinham outra opção senão não deixar o Clube de Natação usufruir do espaço da piscina das Avenidas Novas. O Clube de Natação tinha uma ideia que a piscina lhe pertencia, mas a piscina estava para servir a população das Avenidas Novas.-----

----- Essa foi a única razão do Clube de Natação não estar a treinar na piscina, porque eles não quiseram assinar o protocolo com o Executivo.-----



----- **Vogal do Executivo Ana Xarez** disse que sobre o ponto 2 pouco mais ia adiantar à informação que todos tinham. Era um conjunto de medidas de combate à inflação destinadas a apoiar as famílias e as empresas que diariamente estavam a dar apoio às crianças, medidas que contribuía para o alívio dos orçamentos familiares dada a conjuntura em que o País se encontrava. No fundo era o reforço do apoio social escolar que as famílias iam receber. Passava a ler um excerto da proposta: -----

----- *“A redução da participação a suportar pelas famílias referente à frequência das atividades de animação de apoio à família, as AAAF’s, e da componente de apoio à família, as CAF’s, para os escalões A a redução será de 60%, para o B uma redução de 33,33% e no escalão C uma redução de 20% durante o presente ano letivo, com o correspondente reforço dessas ditas transferências para as Juntas de Freguesia ou para a entidade responsável pela gestão dessa atividade.”* -----

----- No fundo recebiam e logo automaticamente devolviam, acabavam por ser um veículo de mensagem do dinheiro. Não ficavam com o dinheiro de ninguém, recebiam e entregavam. -----

----- Estava tudo explícito. Já em tempos houve uma pergunta em relação à “Educar a Sorrir” e no fundo era isso que se passava diariamente, sempre a pensar no bem-estar das crianças, que era para isso que ali estavam, eram o freguês principal.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Ratificação do acordo de transferência de verba – medidas de combate à inflação aprovadas pela Câmara Municipal – Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e da Componente de Apoio à Família (CAF) Ano letivo 2022/2023 - Proposta nº 01/PRES-VAX/2023**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 18 votos a favor (PS, CDS-PP, PSD, CDU, IL e BE) e 1 abstenção (CHEGA)-----

----- **Ponto 3 – Apreciação, discussão e deliberação sobre a Celebração de Contrato Interadministrativo de Cooperação – Higiene Urbana - Proposta nº 100 /PRES/2023 (ANEXO 6)**; -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que eram mais valores para a higiene urbana, para poder corresponder àquilo que se pretendia. Eram verbas que necessitavam e que a Câmara transferia. -----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que deviam referir também o ponto 4 porque o problema era o mesmo e era no sentido de ajudar a Junta. Sabia que esses valores para a higiene urbana tanto no ponto 3 como no ponto 4, que tinham a ver com a questão da pressão turística, os 355 mil e os 100 mil euros existiam pelo menos desde 2020 ou 2019. O valor era o mesmo, sendo que o salário mínimo nesses anos aumentou pelo menos 20% e grande parte dos custos eram com pessoal. -----

----- Obviamente o PS iria votar a favor da assinatura desses CDCs e tinham uma proposta. Aliás, como também já foi referido na AML, a primeira comissão permanente fez essa sugestão. A recomendação era que o Executivo na negociação com a Câmara, aproveitando também essa iniciativa da primeira comissão permanente, procurasse desde já começar a encetar as negociações para que em 2024 pudessem ter esses valores para fazer face ao esforço.-----

----- Percebia-se que a Junta iria ter mais dificuldades nesse ano, com a inflação e com os custos dos salários, para fazer um serviço adequado e pagar adequadamente também aos seus trabalhadores.-----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

----- Os 355 mil, aplicando só os 20% do aumento do salário mínimo, teriam de ser 460 mil e os 100 seriam 120 mil. -----

----- Era essa a recomendação que faziam. Obviamente iria aprovar e recomendar ao Executivo que iniciasse o processo para a renovação desses contratos. -----

----- **Membro Gonçalo Santos (IL)** disse que não havia nada mais liberal do que a iniciativa de descentralização. Concordavam com essas delegações de competências. -----

----- **Membro Isabel Varão (CDU)** disse que começava por fazer uma declaração de princípios. Como sabiam, o PCP não aceitava a reforma administrativa que foi feita e cujo resultado líquido era a necessidade da multiplicação desses CDCs. Era uma declaração base que podia e devia ser aceite por todos aqueles que a estavam a ouvir. -----

----- Partindo para o concreto, iriam votar contra a atribuição desses valores porque entendiam, de acordo com os princípios que os orientavam, que eram tarefas genéricas da Câmara de Lisboa, que pura e simplesmente nunca deveriam ter sido atribuídas de forma muito pragmática para os interesses da Câmara, mas muito pouco eficaz para a população e para as próprias Juntas que se viam a braços com problemas graves nesse aspeto. -----

----- Estava a falar particularmente da higiene urbana e a referir concretamente aos pontos 4, 5 e 6 da ordem de trabalhos. -----

----- Lembrava que esses novos CDCs iriam ser implementados sem estarem ainda concluídos nas vinte e quatro Juntas da cidade os anteriores CDCs. Não havia inclusive formas de avaliação objetiva da concretização dos anteriores CDCs. Tudo isso parecia um “parece que”. Talvez conviesse a alguém. -----

----- Havia um aspeto muito particular que gostaria de focar. Pedia-se num desses pontos a opinião da Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas sobre a reconversão das instalações sanitárias no Campo Pequeno em um quiosque. Estava a referir-se aos pontos 4, 5 e 6... -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** pediu que cingissem só ao ponto 3, que era o que estavam a discutir. -----

----- **Membro Isabel Varão (CDU)** disse que então interviria depois nos outros. -----

----- A duração era para o mandato, os trabalhadores afetos à Junta acabavam por ter alguns reflexos menos agradáveis e queria lembrar um aspeto que preocupava, a questão da desinfestação que, como sabiam, seria uma competência da Câmara, mas que acabava por ter reflexos graves na população da Freguesia. -----

----- Pessoalmente tinha recebido várias queixas de pessoas que falavam do excesso de baratas, de ratos, nomeadamente na zona onde vivia, no Bairro de Santos ao Rego. Portanto, queria saber em que ponto isso estava e se essas verbas seriam... era preciso notar que essas verbas foram distribuídas de uma forma cega, as Freguesias eram todas taxadas por igual, os tais 100 mil euros distribuídos por igual. As Freguesias tinham dimensões e número de habitantes diferenciados, devia acompanhar esses dois fatores. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que na sequência da intervenção do PS e achando que podia falar pela maioria dos Membros da Assembleia, sabia que não pela totalidade, mas pelo menos por larga maioria dos Membros da Assembleia, o Executivo podia argumentar junto da Câmara que tinha o acordo da Assembleia de Freguesia na negociação de melhores valores desses protocolos nos próximos anos. -----



----- Acabaram de votar um protocolo que tinha a ver com as questões da inflação. Julgava que os valores não eram atualizados há quatro anos, não tinha bem a certeza, mas fazia todo o sentido.

----- Relativamente à intervenção do Partido Comunista, não podia haver melhor prova de que a descentralização tinha resultados positivos do que esses dois protocolos. A Câmara, e não foi a atual gestão do PSD, foi a anterior do PS, decidiu e bem pedir às Juntas que fizessem aquilo que a Câmara não tinha capacidade e não sabia fazer, um problema que se arrastava há vários anos, tanto junto dos ecopontos como no caso do presente protocolo, os resultados da pressão turística a que a cidade era sujeita.-----

----- Os protocolos não eram distribuídos de forma cega. Nesse protocolo em causa os valores eram diferenciados Freguesia a Freguesia consoante a questão da pressão turística sobre cada Freguesia. -----

----- Quanto ao outro protocolo, as Freguesias eram muito iguais em termos desse género de equipamentos e daí o valor ser uniforme para todas as Freguesias. -----

----- Essa era uma prova de que a descentralização das competências em Lisboa era um sucesso. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha tomado em devida consideração o que o Membro do PS foi dizer, a sugestão que deu. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Celebração de Contrato Interadministrativo de Cooperação – Higiene Urbana - Proposta nº 100 /PRES/2023**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 18 votos a favor (PS, CDS-PP, PSD, IL, BE e CHEGA) e 1 voto contra (CDU)-----

----- **Ponto 4 - Apreciação, Discussão e Deliberação sobre a Celebração de Contrato de Delegação de Competências – Higiene Urbana – Proposta nº 101/PRES/2023 (ANEXO 7);**-----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que tinha esquecido uma coisa na intervenção anterior e não podia deixar de dizer. O Partido Comunista era contra a reforma administrativa, nomeadamente no que tocava à higiene urbana, porque era o setor mais forte do seu sindicalismo na Câmara de Lisboa. Com a passagem dessa competência para a Junta e com as centenas de trabalhadores para a Junta o PCP perdeu clara força sindical na Câmara de Lisboa.-----

----- Era bom que isso fosse assumido e que não se desculpassem que não havia capacidade. Era visível que a cidade estava melhor e que melhorou com a reforma administrativa. -----

----- **Membro Isabel Varão (CDU)** disse que esses pequenos galhardetes que o PSD entendia trocar com a CDU não os privilegiavam e descansavam, porque tinham a força que tinham e as pessoas em geral conheciam. Não valia a pena pôr mais na carta e, portanto, ficava por aí.-----

----- No entanto, salientava que não estavam num país de pensamento único e mantinham a opinião, achando que certos aspetos estruturantes da higiene urbana estavam a ser descurados. Ainda há poucos dias tinha passado pelo Rossio e era um cheiro nauseabundo a urina. A razão por que isso acontecia, poderia haver várias, mas era um facto que constatara e para quem tinha em primeiro plano, para além das populações que ali viviam e que ali contribuía para a existência de um país, de uma câmara e de uma junta, só se preocuparem com estrangeiros. Deviam começar por se preocupar com aqueles que contribuía para a existência do próprio país. -----

----- Era essa a resposta humilde que tinha para dar. -----

Handwritten initials and signature in blue ink.



----- **Membro Luís Duarte (CDS-PP)** disse que naturalmente iria votar a favor dessa delegação de competências e desse contrato, mas gostaria de deixar uma nota porque nesse ponto em concreto estavam a falar de uma delegação de competências que não deixava de ser uma coisa às vezes difícil de entender, o apoio que a Junta de Freguesia e os seus serviços dispensavam porque os cidadãos, na utilização dos ecopontos, muitas vezes depositavam o lixo ao lado dos ecopontos. Isso acabava por ser uma coisa muitas vezes surreal e os fregueses constataavam isso diariamente.

----- Não era inédito os fregueses ou quem fosse depositarem o lixo fora do ecoponto e depois a Junta tinha de andar a fazer a recolha do que estava fora do ecoponto. -----

----- Nesse sentido o que gostariam de recomendar, ou pelo menos de questionar o Executivo, era em que medida esse apoio também podia ser multiplicado ou alavancado em ações de sensibilização no sentido de uma correta utilização dos ecopontos. Não dizia apenas junto dos fregueses, mas se calhar e sobretudo junto dos comerciantes e dos restaurantes, que muitas vezes eram eles os responsáveis por deitarem grandes quantidades de lixo e nem sempre o fazeres de forma correta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era pertinente, mas tinham feito a publicidade exatamente a isso na comunicação, até a pedido da Câmara. De qualquer forma, muito obrigado por lembrar. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Celebração de Contrato de Delegação de Competências – Higiene Urbana – Proposta nº 101/PRES/2023**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 18 votos a favor (PS, CDS-PP, PSD, IL, BE e CHEGA) e 1 voto contra (CDU)-----

----- **Ponto 5 – Apreciação, discussão e deliberação sobre a Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Cooperação – Proposta nº 102/PRES/2023 (ANEXO 8);** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que eram os CDCs que todos tinham já conhecimento, nas vinte e quatro Freguesias. -----

----- **Membro Luís Goes Pinheiro (PS)** disse que ao ir para a Assembleia ia preparado para ver mais uma sessão de *powerpoint* e foi com alguma surpresa que chegaram ali e nem computador do assessor do Senhor Presidente, nem *powerpoint*, nem uma explicação ainda que não totalmente exaustiva sobre o que a Junta de Freguesia pretendia fazer com o dinheiro desses CDCs durante esse mandato, esse ano e os próximos dois anos. -----

----- O que tinham era o quadro que foi à Assembleia Municipal e que dava muito pouca informação sobre o que em concreto a Junta pretendia fazer. -----

----- Deixava por isso um repto ao Presidente da Junta em exercício, para que na próxima sessão da Assembleia, que iria aprovar o orçamento rectificativo e que esperava não demorar muito tempo após a presente Assembleia, levasse uma explicação mais detalhada daquilo que era a intenção do Executivo de utilizar essas verbas dos CDCs para as transformar em serviço prestado aos fregueses da Freguesia. -----

----- Tinha falado apenas nesse ponto, mas valia para todos. Estavam a falar de quase três milhões de euros nesses CDCs e, portanto, não era um valor irrelevante, bem pelo contrário. Conhecendo as contas da Junta, era um número tão significativo que podia mudar completamente o programa do assessor do Senhor Presidente para o seu Executivo. -----

----- Pedia encarecidamente e a Assembleia gostava mesmo de saber, até antes de aprovar os



CDCs, o que a Junta pretendia fazer com esse dinheiro.-----

----- **Membro José Marinho (PSD)** disse que devia falar sempre para o Senhor Presidente da Assembleia, mas se lhe permitia fazia reflexo ao Senhor Doutor Luís Goes Pinheiro. -----

----- Pensava que todos receberam em casa a documentação, no seu caso era velho, era antigo e tinha de ser em papel, mas podia ensinar uma coisa: “Sabem o que é um velho? É um jovem que deu certo”. Considerava-se um jovem a dar certo.-----

----- Todos receberam essa documentação e verificaram que tinham cinco eixos programáticos, totalizando o valor de 2.917.482 euros. Se olhassem com atenção o que estava explanado entre as páginas 4 e 7 da documentação que receberam, era muito explicativo o conteúdo e o teor de todos os eixos programáticos, os objetivos e as delegações de competências que estavam inerentes.-----

----- Depois havia um quadro que falava por si só, o anexo do financiamento programado, onde tinham explicado “tim-tim por tim-tim” para onde iam as verbas que totalizavam os 2.917.482 euros. -----

----- Tinham no eixo 1 o plano de manutenção e reabilitação do edifício sede da Junta de Freguesia, a reconversão das instalações sanitárias do Campo Pequeno e, como todos sabiam na Assembleia, era de Lei e todos os quiosques que estavam a ser montados, por iniciativa do anterior Senhor Presidente da Câmara que agora estava no Governo, os quiosques tinham de ter todos casa-de-banho. Aprazia-lhe ver que a manutenção das casas-de-banho era feita pela pessoa que ganhou o lugar do quiosque. Portanto, não havia falta de casas-de-banho.-----

----- O que estava no Campo Pequeno era um “elefante”. Já lá estava há muitos anos entaipado com tijolos, não servia a população nem as crianças, não servia de nada. Já tinha servido para os sem-abrigo dormirem lá por baixo e também foram corridos, nesse momento não dormiam lá. --

----- Achava muito bem que aquele “elefante branco” fosse reconvertido, fosse feito um quiosque bonito e que a casa-de-banho que lá seria feita por obrigação, porque era mesmo obrigado a ter, também funcionasse. -----

----- Para isso eram 895 mil euros, depois o eixo 2 eram 665 mil, depois tinham outros territórios dinâmicos 79 mil, tinham a robótica com 324 mil mais umas coisas. Depois aprazia-lhe ver que aquilo que era do agrado de todos, ter a população a nadar bem e saudável, com águas limpas e bem aquecidas, que só para a piscina tinham ali a módica quantia de 943.500 euros. -----

----- Portanto, era fácil e estava explicado para onde ia o dinheiro e se lessem com muita atenção os eixos programáticos eram traduzidos e explicados em escrita e em números. Por isso só era pena que em vez de 2.917.482 euros não fossem 4.917.482 euros. Achava que estava explicado.

----- **Membro Isabel Varão (CDU)** disse que esse assunto era suficientemente sério para procurarem um olhar mais atento.-----

----- Iria votar contra na linha dos pontos anteriores, como já foi explicitado, e também tinham razões acrescidas para esse voto, porque não parecia muito correto a existência de novos CDCs, para além da questão de princípio, sem que houvesse a finalização dos precedentes. -----

----- Salientava que apenas se cumpriram seis, estando ainda dezoito por cumprir, nomeadamente o que dizia respeito às Avenidas Novas. -----

----- Era uma realidade que envolvia verbas vultuosas, não tinha suficiente escrutínio, não eram dados aos eleitos relatórios de avaliação que já foram ali referidos muito *en passant*, mas que



eram importantíssimos para a formação de uma opinião segura.-----

----- Eram só esses aspetos de pormenor não despendendo que queria salientar. -----

----- **Membro Luís Goes Pinheiro (PS)** disse que percebia que o PSD desse um voto de confiança cego ao Executivo e, apesar de na Assembleia estar a exercer um papel de fiscalização do Executivo, estava disponível para aprovar um valor na casa dos três milhões de euros sem explicações adicionais.-----

----- O PS, com toda a boa vontade que também tinham e estando disponíveis para dar a possibilidade ao Executivo de fazer isso mesmo, dar continuidade à execução do Orçamento, esperava que até ao Orçamento houvesse o cuidado de aprofundar as explicações que eram dadas no documento que não chegava a meia página com títulos de intenções daquilo que se pretendia fazer com o dinheiro. Que fosse possível aprofundar isso, para que a Assembleia tivesse condições para poder fazer uma apreciação mais profunda. -----

----- Por outro lado, aproveitar também para solicitar que a documentação, aliás algo que já foi ali feito e que reiteravam, a documentação que era remetida à Câmara Municipal com os relatórios trimestrais da execução física e financeira que também fosse partilhada com as forças políticas, para que o exercício do controle político das funções do Executivo fosse feito de forma mais completa. -----

----- **O Senhor Secretário do Executivo** disse que em relação aos contratos de execução, aquilo que estaria nos contratos em todas as Juntas era que os relatórios seriam trimestrais e com o compromisso também do Vereador que tinha a relação com as Freguesias de semestralmente ele próprio ir fazer um ponto de situação. -----

----- A matéria financeira da informação escrita do Presidente era apresentada à Assembleia em cada reunião ordinária e iria também ter algo sobre essa matéria. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta**, dirigindo-se ao Membro do PS sobre a piada em relação ao seu assessor, disse que jamais o Membro do PS chegaria aos calcanhares do próprio em termos profissionais, seriedade e competência... -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que não foi um ataque pessoal, nem ao Senhor Presidente da Junta nem ao seu assessor e se queriam manter o nível da Assembleia elevado deviam também interpretar de uma forma tranquila qualquer aparte que fosse feito por uma força política como normal do ponto de vista democrático.-----

----- A democracia atualmente já estava demasiado debilitada por situações que se passavam a nível macro, principalmente na casa da democracia que era a Assembleia da República e que diariamente tinham vindo a assistir por todos os intervenientes políticos, transmitindo uma imagem de degradação do ambiente democrático.-----

----- Eram um órgão de proximidade, mais perto dos eleitores, estavam ao serviço da população como primeira linha, com quem iam ter quando havia algum problema. Deviam manter a elevação, manter o exemplo, dar o exemplo. -----

----- Estava a falar para o Senhor Presidente, mas também para toda a gente que estava ali. Tentar elevar o debate, para que a Assembleia de Freguesia fosse verdadeiramente um exemplo de comportamento democrático de todos os seus intervenientes. Pedia isso a todos. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não tinha gostado. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu



à votação a **Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Cooperação – Proposta nº 102 /PRES/2023**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 18 votos a favor (PS, CDS-PP, PSD, IL, BE e CHEGA) e 1 abstenção (CDU) ----

---- **Ponto 6 - Apreciação, Discussão e Deliberação sobre a Celebração de Adenda ao Contrato de Delegação de Competências celebrado com o Município de Lisboa (Contrato nº 6/UCT/DRJF/2019) – Proposta nº 103/PRES/2023 (ANEXO 9);** -----

---- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era a prorrogação do prazo até 31 de dezembro do CDC do mandato anterior.-----

---- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que o Membro do BE por um motivo de última hora, uma urgência familiar, teria de se ausentar dos trabalhos. -----

---- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que esse ponto ia um pouco na sequência do anterior, era uma progressão de vários CDCs que foram celebrados em 2019, no mandato anterior, mas não enviavam nenhuma nota e isso seria o mínimo que se poderia esperar, era relativamente aos vários programas em curso e não concluídos... recordava que isso era pelo menos o “Bairro 100% Seguro”, a “Escola 100% Segura”, a requalificação do equipamento do espaço público, a “Casa Aberta”, o programa de equipamentos desportivos, programa de direitos sociais, programa “Projetos Sociais”. Sabia que alguns deles até tinham um âmbito tão vasto que também não se conseguia perceber muito bem a delimitação das várias ações, mas esperava que dessem pelo menos aquele quadrinho com o que foi e não foi executado e o que faltava executar.

---- Também aí, como disse o seu colega Luís Goes, que se possível quando enviassem a alteração orçamental desse programa pudessem dar nota desses pontos. -----

---- **Membro José Marinho (PSD)** disse que o Membro Fernando Pereira lhe tinha tirado as palavras todas. De facto, era uma continuação e não tiveram a monitorização nem o acompanhamento daquilo que foi efetuado. Queria pedir ao Membro Fernando Pereira se o deixava subscrever tudo aquilo que disse, porque de facto era notório e era construtivo que no futuro tivessem o retorno do que se passava e se efetivamente todas as rubricas foram ou não acabadas, se foram com êxito, porque de facto a monitorização das coisas devia ser acompanhada. -----

---- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Celebração de Adenda ao Contrato de Delegação de Competências celebrado com o Município de Lisboa (Contrato nº 6/UCT/DRJF/2019) – Proposta nº 103/PRES/2023**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 17 votos a favor (PS, CDS-PP, PSD, IL e CHEGA) e 1 abstenção (CDU) -----

---- **Ponto 7 - Apreciação, Discussão e Deliberação sobre a Alteração das competências referentes ao Serviço de Espaço Público e Infraestruturas da Freguesia no Regulamento da Estrutura Orgânica JFAN – Proposta nº 104/PRES/2023 (ANEXO 10);** -----

---- **Diretor do gabinete jurídico da Junta** disse que estava em causa o Regulamento da Estrutura Orgânica da Junta de Freguesia das Avenidas Novas, que apresentava uma deficiente e até contraditória distribuição de competências que poderia criar algum conflito em relação a alguns pelouros, os pelouros das infraestruturas e o dos espaços verdes e espaço público. -----

---- O que estava em causa era uma distribuição funcional para que os vários pelouros em causa pudessem funcionar de forma justa e que todos eles exercessem as suas competências dentro da destinação entre infraestruturas e aquilo que caberia ou não aos espaços verdes e espaço público,



atendendo também que em relação à contratação pública a tramitação devia caber integralmente ao setor dos aprovisionamentos.-----

----- **Membro José Marinho (PSD)** disse que tinham uma comunicação que não condizia com aquilo que era a aceção da palavra. Não era contra as palavras, mas nas Juntas de Freguesia não existiam pelouros, existiam serviços tal como na Câmara. Era saudável de uma vez por todas acabarem com a parte dos pelouros, ali eram mesmo serviços.-----

----- Sobre o ponto queria pedir a melhor atenção, até porque tivera o cuidado de falar já com o Executivo e essas alterações foram aprovadas em Executivo. Sabia que houve uma boa intenção, mas o que estava escrito tinha muitos erros nalguns pontos que já foram deliberados e com o bom acolhimento do Executivo depois passaria a explicar os pontos a alterar. Tinha umas alíneas num português completamente vernáculo.-----

----- Havia também duas situações que não sabia quem introduziu esse tipo de competências para ir à Assembleia de Freguesia, quando o que ali estava escrito era do foro interno, normas de execução permanentes que só competiam ao governo da Junta ter.-----

----- As competências da Assembleia de Freguesia estavam estabelecidas no artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de setembro na redação dada pela Lei 50/2018 de 16 de agosto, em que no artigo 9º alínea m) dizia “Aprovar a criação e a reorganização dos serviços da freguesia”. Isso não eram serviços da Freguesia, eram tarefas inerentes.-----

----- Era bonito saber o que estava a ser feito, quais os órgãos que implicavam o trabalho dentro do Executivo. Todos viram o que estava assinalado a vermelho e que ia desaparecer no contexto.-----

----- O que propunha, visto já terem a anuência do Executivo e que também foi feito pelos devidos serviços jurídicos da Junta, se lessem com atenção o que estava agora em vigor, que iam aprovar, no ponto 1 alínea d) devia passar-se a ler: “Promover em estrita colaboração com o setor do aprovisionamento e contratação pública uma adequada gestão dos stocks, assegurando um fornecimento regular de todos os materiais necessários à execução das obras, cujas necessidades atempadamente lhe foram transmitidas, comunicando por sua vez tempestivamente àquele setor as atenções devidas”-----

----- Isso já era um português que se podia ler e estava completamente diferente. Se assim entendessem todos seria objeto, depois da Assembleia o decidir, ser reenviado para a Assembleia já com as devidas retificações.-----

----- No ponto 2 alínea g) deveria passar a ler-se:-----

----- “Preparar e assegurar, de acordo com os meios próprios existentes, a execução de obras por administração direta e estabelecer os devidos procedimentos de controle, quer no que respeita à utilização de máquinas e aos recursos humanos envolvidos, informando complementarmente sobre as aquisições de bens necessários”.-----

----- Na alínea k), que era quase uma cópia da alínea t): “Promover com a colaboração do setor de aprovisionamento e contratação pública uma adequada gestão dos stocks, assegurando o fornecimento regular de todos os materiais necessários à execução das obras cuja necessidade de aquisição tenha sido previamente comunicada”.-----

----- Assim já toda a gente perceberia e não a bagunçada que ali estava e que não foi feita agora. Estava no ponto 1 e ponto 2, que agora estavam a retificar, só que não passou por uma retificação do português e o que estava era assim.-----



----- Se entendessem que isso melhorava, independentemente de continuar a dizer que não concordava com isso ir à Assembleia de Freguesia, porque era um trabalho de execução permanente e interno que podia ser a qualquer momento alterado, porque quem mandava nessas situações era o Presidente da Junta que democraticamente devia ouvir todos os Vogais do Executivo, mas à Assembleia não interessava quem tratava do automóvel, quem tratava da casa-de-banho, quem tratava da aquisição de materiais, quem fazia a manutenção dos stocks, quem fazia o aprovisionamento. -----

----- Achava que isso não era da competência da Assembleia, mas era o que tinham e já foi aprovado numa Assembleia anterior, entenderam e bem que tinham de apresentar porque era uma continuação, mas pensava que no futuro isso não seria necessário. -----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que dessa vez cabia-lhe a si a gentileza de pedir ao Engenheiro José Marinho para fazer suas as palavras, a sua intervenção era um pouco nesse sentido. De facto, havia uma cacofonia e a nova redação melhorava substancialmente. -----

----- Tinha as mesmas dúvidas relativamente à necessidade desses aspetos da organização da Junta irem ali, mas também não tinha a certeza, era uma coisa que carecia de analisarem melhor. Só tinha um aspeto na alínea l), em que devia haver uma separação entre o controle físico e o controle financeiro, que provavelmente devia ser feito pela área financeira da Junta esse controle. -----

----- Se calhar teria uma redação assim: “Promover em estreita colaboração com o setor financeiro o controle...”. Era a sugestão para a Junta avaliar em conformidade. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que aceitava as sugestões. -----

----- Constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Alteração das competências referentes ao Serviço de Espaço Público e Infraestruturas da Freguesia no Regulamento da Estrutura Orgânica JFAN – Proposta nº 104/PRES/2023**, com as alterações assinaladas, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PS, CDS-PP, PSD, CDU e CHEGA) e 2 abstenções (IL). -----

----- **Ponto 8 - Apreciação, Discussão e Deliberação sobre a Atribuição de Subsídio sob a forma de Apoio Financeiro, no âmbito do Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros e Não Financeiros – Requerente: Associação Portuguesa Contra a Leucemia – Proposta nº 81/PRES/2023 (ANEXO 11);** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que no âmbito dos subsídios às associações e instituições ia ali exatamente por ser uma verba um pouco superior, porque era uma associação que merecia realmente ser ajudada. Tivera o privilégio de assistir à inauguração do edifício na Tenente Espanca e a obra que eles estavam a fazer era excecional, de maneira que pedia aos Membros que aprovassem esse ponto. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Atribuição de Subsídio sob a forma de Apoio Financeiro, no âmbito do Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros e Não Financeiros – Requerente: Associação Portuguesa Contra a Leucemia – Proposta nº 81/PRES/2023**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 9 - Apreciação, Discussão e Deliberação sobre a Moção do PSD intitulada “Operacionalidade dos hospitais em caso de sismo”;** -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** apresentou o documento (*CONFORME ANEXO 12*). -----

AS
2019



----- **Membro André Carrilho (PS)** disse que não se ia referir ao mérito da moção em causa, mas referir quanto à oportunidade dessa moção, até porque essa moção e a seguinte parecia que alguém da bancada do PSD teve insónia numa noite e começou a escrever alguns assuntos, que de facto eram muito importantes, mas que impacto para a Freguesia tinham muito pouco.-----

----- Tinham uma sala com algumas pessoas do público que ali iam e eram levadas a ouvir uma discussão sobre uma moção sobre o risco sísmico de um Hospital de Todos os Santos que nem estava planeado ser construído na Freguesia. Também podia ali falar sobre o cavalo-marinho da Ria Formosa que estava em vias de extinção, um assunto que preocupava a todos, mas não parecia um assunto que fosse de interesse para a Assembleia de Freguesia.-----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** informou que a prevenção e proteção civil eram um assunto que diziam respeito a toda a cidade. Achava que não se iria enquanto Governo propor a construção de um hospital em cada Freguesia, ou então só se poderiam pronunciar sobre o que existia rigorosamente na Freguesia. Havia equipamento na cidade que não eram só para a Freguesia onde estavam implantados, ou os habitantes das Avenidas Novas não teriam hospital. Portanto, isso fazia todo o sentido, era uma proposta, um conselho, uma sugestão que se dava ao Governo e à CML, que na construção do hospital fossem aplicadas as mais modernas técnicas de proteção sísmica, que podiam beneficiar toda a cidade e obviamente a Freguesia de Avenidas Novas e os seus moradores.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Operacionalidade dos hospitais em caso de sismo”**, apresentada pelo PSD, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor (PSD, CDS-PP, IL, CDU e CHEGA) e 5 votos contra (PS).-----

----- **Ponto 10 - Apreciação, Discussão e Deliberação sobre a Recomendação do PSD intitulada “Revisionismo Literário”;**-----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** apresentou o documento (*CONFORME ANEXO 13*).-----

----- Disse que essa recomendação já teria a ver com a Freguesia, a Biblioteca estava na Freguesia das Avenidas Novas.-----

----- O PSD não pretendia com essa recomendação proibir o que fosse. Se alguém entendia que devia fazer uma nova escrita de determinados livros era livre de o fazer e o PSD não se opunha a isso, mas opunha-se a que fossem retirados os originais e fossem proibidos determinados temas nas bibliotecas, que fosse feita uma censura a determinados livros e determinados temas nas bibliotecas da Cidade de Lisboa e muito particularmente na Biblioteca do Palácio Galveias.-----

----- Não se pretendia impedir que se fizessem novos textos, novas escritas de textos antigos, teriam de alterar os Lusíadas e não era isso que fazia a diferença, o pluralismo e a democracia e a presença no mundo ao longo de muitos anos. Se alguém quisesse fazer era livre de o fazer, mas não que quisessem impor apenas essa forma de visão.-----

----- **Membro André Carrilho (PS)** disse que o PS tinha votado contra a moção anterior e votaria contra essa, não por discordarem da substância, que concordavam, mas discutir esses assuntos numa Assembleia de Freguesia era estarem a tirar dignidade ao órgão para tratar dos assuntos para os quais ele era competente para tratar.-----

----- Havia dois temas que gostaria de tratar. Um era que achava que o PSD tirou boa nota do veto ao Saramago pelo Secretário de Estado Sousa Lara em 1992, via que o PSD aprendeu a lição.-----



----- Segundo, olhando para o título “Revisionismo Literário” diria que nessa Freguesia tinha havido ultimamente uns episódios de revisionismo, o revisionismo do quadro de pessoal Assembleia após Assembleia.-----

----- Tinha essa intervenção preparada na sessão anterior, em que tiveram mais uma alteração ao quadro de pessoal. -----

----- **Membro Isabel Varão (CDU)** disse que ao contrário de quem pensava que os temas maiores não podiam ocupar o período de Assembleias de Freguesia, entendia que os temas maiores deviam ser sempre que necessário abordados com preocupação, porque começavam pelo revisionismo literário e acabavam quase na ditadura. Quem nasceu sob o regime ditatorial sabia bem do que estava a falar. -----

----- A CDU iria votar favoravelmente porque entendia que nunca era demais repor a liberdade de espírito e a liberdade expressão e a recomendação ia ao encontro desses valores. -----

----- **Membro Gonçalo Santos (IL)** disse que a IL gostaria de se associar formalmente a essa recomendação, caso o PSD aceitasse. Em boa hora tinham feito essa recomendação. -----

----- **Membro Luís Duarte (CDS-PP)** disse que o CDS ia no mesmo sentido, pedir ao PSD se permitia que se associassem à subscrição desse documento. -----

----- Queria só deixar uma nota, porque ao contrário daquilo que foi referido, nesse caso a Assembleia e a Junta de Freguesia nessa recomendação de intervenção junto da CML e pela influência que a CML tinha sobre as bibliotecas municipais, era de facto muito relevante que pudessem ter essa voz e esse papel para a defesa da liberdade de expressão e para a manutenção daquilo que eram as obras literárias, todas elas, escritas num determinado tempo. Deviam ler, respeitar, discutir, mas não apagar. -----

----- **Membro Luís Pereira Nunes (CHEGA)** disse que estavam a falar de revisionismo literário e podiam também falar em revisionismo da história que estava a ser tentado. Estavam a falar de um regime autoritário a que chamavam ditadura, uma das características dos ditadores efetivamente era, tivessem ou não vestido uma farda militar e usado uma arma, nunca tinha visto o Doutor Oliveira Salazar vestido com uma farda militar. -----

----- Por outro lado, não admirava que o PS votasse contra porque se falava em liberdade de expressão e não era só escrita, era também oral e tinha-se assistido a um condicionamento da liberdade de expressão de algumas forças políticas, por parte do PS e do Presidente da Assembleia da República que era completamente inadmissível. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que como os trabalhos estavam a decorrer de uma forma escurra e visto estarem quase a terminar a Assembleia não estava a pôr limites de tempo nas intervenções, o que não seria normal por exemplo numa Assembleia ordinária, onde tinham público e PAOD e onde teriam de cumprir outro tipo de tempos de intervenção. -----

----- Queria antecipadamente agradecer a todos a forma com a Assembleia tinha decorrido.-----

----- **Membro Luís Goes Pinheiro (PS)** disse que a razão pela qual o PS não se associava era por considerar, como foi ali dito e muito bem, que a vulgarização da discussão na Assembleia de Freguesia de temas que nada tinham a ver com a Freguesia, que não tocavam a Freguesia, que eram temas gerais e discutidos ainda por cima de uma forma tão genérica, dificilmente contribuiriam para a dignificação dos trabalhos da Assembleia de Freguesia. -----

----- Outra questão era que daí não se podia retirar que o PS era contra a liberdade de expressão,



bem pelo contrário. Portanto, não ia discutir as questões sobre o fardamento dos ditadores, até porque infelizmente muitas vezes os ditadores vestiam-se de formas que escondiam a sua verdadeira natureza. Fossem eles todos sinalizados e teriam um mundo, apesar de tudo, bem mais fácil de identificar aqueles que eram os inimigos da democracia que infelizmente andavam no meio das pessoas vestidos como todos andavam, aqueles que eram os verdadeiros democratas. -

----- Queria sinalizar que o PS não tinha nada contra a liberdade de expressão, bem pelo contrário. Era absolutamente essencial que ela existisse em todos os momentos e nunca foi vontade do PS que ali não se discutisse o que fosse, tinham era medo que se todas as forças políticas levassem ali problemas de natureza genérica e preocupações comuns de todos os portugueses, que seriam com certeza melhor tratadas noutros fóruns, que pudessem desvalorizar a missão da Assembleia e que era fiscalizar o trabalho do Executivo, deixar bem defendidos os direitos e os interesses dos fregueses de Avenidas Novas, que muito provavelmente não tinham outros espaços democráticos para uma defesa tão específica dos seus direitos e dos seus interesses como a Assembleia da sua Freguesia. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que respeitava totalmente a posição do PS, mas queria lembrar também que o PS levou ali recentemente documentos em que o PSD se absteve por considerar que nada tinham a ver com a Freguesia, por exemplo a moção de saudação aos 50 anos do Partido Socialista, da mesma forma que se tinham abtido nalgumas moções do Partido Comunista por serem de caráter unicamente político e que nada tinham a ver com a Freguesia e com o bem-estar dos fregueses. -----

----- Obviamente que quando o PSD se absteve na moção dos 50 anos do Partido Socialista reconhecia que o PS teve e tinha um papel importante na democracia em Portugal, não tinham qualquer tipo de dúvidas nisso. Abstiveram-se porque achavam que esse não era o fórum próprio para a discutir e votar. -----

----- Quando o PS dizia que concordava com o teor e o conteúdo genérico, não entendendo que era o fórum correto, mas esperava que pelo menos se abstivessem, porque o voto contra era quando não se concordava com algo, quando se estava contra algo. Se diziam que até concordavam com o que estava a ser discutido e iam votar contra, era uma posição um pouco ambígua. -----

----- Esse era um tema que dizia respeito à Freguesia, tinham a principal biblioteca da Cidade de Lisboa na Freguesia, mas independentemente disso era um tema que dizia respeito às famílias, aos filhos e à educação dos filhos. -----

----- Não se pretendia com essa recomendação proibir o que fosse. Se alguém entendia reescrever os Lusíadas, por mau exemplo que fosse, o PSD não se opunha que ele estivesse na biblioteca, mas nessa situação seriam contra que a versão original dos Lusíadas fosse retirada da biblioteca. Era apenas um exemplo, mas era isso que a recomendação pretendia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação do PSD intitulada “Revisionismo Literário**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor (PSD, CDS-PP, IL, CDU e CHEGA) e 5 abstenções (PS). -----

----- **Ponto 11 - Apreciação, Discussão e Deliberação sobre a Moção da CDU intitulada “Garantir o direito à habitação, combater a especulação imobiliária”;**-----

----- **Membro Isabel Varão (CDU)** apresentou o documento (*CONFORME ANEXO 14*). -----



----- Disse que ao arrepio do entendimento do PS levava ali um assunto geral e que tinha reflexos muito fortes na Freguesia, conseguia ser dois em um. A habitação estava no cerne do mal-estar que a população estava a viver, não se cansava de chamar à atenção que todas as afirmações mediáticas deviam ser contrapostas à realidade e na verdade era um dos problemas maiores. ----

----- Lembrassem a juventude, que ou a estudar ou já com família constituída se via rechaçada para os arredores de Lisboa. Havia uma realidade duríssima que explicava e estava na base do fenómeno de envelhecimento da população, porque as pessoas não tinham vida, os jovens não tinham vida, percorrerem os transportes para se deslocarem para tão longe. A cidade e o país estavam a trilhar um caminho extremamente perigoso e que iria dar muito maus resultados se não fosse invertido. -----

----- Ser invertido era incentivar a construção pública de habitação e sabia-se agora, por números recentes, que a habitação pública em Lisboa diminuiu drasticamente. Essa era uma realidade insofismável. Na Freguesia tinham para habitação estudantil o antigo edifício do Ministério da Educação, ali a dois passos, que não atava nem desatava. -----

----- Os bairros sociais estavam ao “Deus dará”. Tivera ocasião por mais de uma vez de visitar e era uma situação confrangedora, com assaltos a habitações, ocupações selvagens. Isso não era nada, não era aquilo que se pretendia de uma sociedade democrática e cujo governo trabalhava para o bem da população. -----

----- Ali particularmente o Doutor Daniel e o Executivo teriam um papel muito importante em sensibilizar o Executivo Camarário para o drama que as pessoas estavam a viver. -----

----- A moção falava por si, não era preciso acrescentar muito mais e fazia um apelo a todas as forças políticas que, independente dos seus pré-julgamentos, a subscrevessem. -----

----- **Membro Luís Pereira Nunes (CHEGA)** disse que independentemente do pedido da Senhora eleita para não se esquecerem dos princípios ideológicos, iria votar contra essa moção, porque mimava com algumas frases que para o CHEGA era inadmissível, como por exemplo que o Governo deveria utilizar mecanismos de tomada de posse administrativa. O PREC já lá ia e a posse administrativa de imóveis privados, o CHEGA não concordava. Ou tinham efetivamente sensibilidade e eram sensíveis às dificuldades que as famílias estavam a atravessar... lembrava que desde há quinze anos todas as pessoas puseram cerca de 23 mil milhões na banca e a banca estava mais saudável, estava na altura de a banca ajudar quem os ajudou quando eles precisavam.

----- Só a Caixa Geral de Depósitos deu uma resposta, ia baixar 5% no spread, mas por incrível que parecesse era um auxílio a famílias que compraram habitação a crédito até 15 de março de 2023 e tinha ficado pasmado. Se fosse 2022 compreendia, mas 2023 já estavam em crise, a inflação já tinha subido. Estava-se a criar um risco para os próprios, a comprar casa quando se sabia que a inflação ia subir e os juros iam subir. Portanto, admitia o 2022, não podia admitir o 2023. -----

----- Por outro lado, travar o aumento de rendas e incluindo os novos contratos, compreendia perfeitamente isso. Não sabia se o PCP, que era o maior proprietário privado de imóveis do País, se reequilibrava a relação entre o inquilino e o senhorio, não fazia a mínima ideia. -----

----- Por outro lado ainda, tinham de lamentar o mercado de arrendamento. O NRAU tinha uma série de vícios e era o único ponto em que concordava com essa proposta. -----

----- Relativamente aos limites de aquisição de habitação dos fundos imobiliários, tinham de deixar o mercado funcionar. O mercado era livre e tinha de funcionar. As pessoas tinham



dificuldade em arrendar ou comprar casa, mas o problema não estava no mercado, estava nos ordenados das pessoas. Havia jovens que acabavam o curso e iam para um supermercado ganhar um ordenado mínimo e às vezes nem tanto. O problema não estava a montante, estava jusante. -

----- Ajudassem os jovens e as pessoas que realmente precisavam, mas sem contrariar o desenvolvimento do mercado. -----

----- **Membro Gonçalo Santos (IL)** disse que havia muito para dizer, mas começava com uma parte de física. Quando tinham um espaço que por exemplo só dava para cinco e estavam cinquenta dentro desse espaço, era evidente que quarenta e cinco iam ter de ficar de fora. Era triste e todos gostariam que as coisas não fossem assim, mas era uma questão física. -----

----- Se queriam mais espaço para construção ou se queriam mais fogos disponíveis em Lisboa, em vez das câmaras estarem preocupadas com outras coisas deviam estar preocupadas com o licenciamento e agilizar os processos de licenciamento para serem mais rápidos e haver mais fogos disponíveis. -----

----- Queria-se concentrar essencialmente na parte do arrendamento e tinham uma discordância de fundo com o PCP. Ou aceitavam que existia propriedade privada ou não aceitavam. Se não fosse o 25 de novembro os imóveis seriam todos públicos. -----

----- Quanto mais liberal fosse o mercado da habitação, quanto mais fácil fosse fazer um despejo em caso de incumprimento, quanto mais fácil fosse fazer contratos entre as duas partes onde podiam dispor livremente da sua relação comercial e estabelecer livremente as condições que pretendiam, mais oferta de habitação no mercado haveria e consequentemente as rendas iriam ficar mais baixas e com maior estabilidade para os arrendatários cumpridores. -----

----- Dizer que seria possível todos viverem em Lisboa era uma afirmação um pouco populista. Já tinha vivido fora de Lisboa e não fez mal nenhum, só fez bem, numa zona que não era considerada uma zona excelente, em Almada e viveria lá ou fora de Lisboa, era assim a vida e tinham era que dar a volta por cima. Por vezes o País não ajudava a dar a volta por cima, mas isso já eram outros tantos. -----

----- **Membro Pedro Gonçalves (CDS-PP)** disse que o CDS acompanhava a preocupação, mas não a moção que ali era apresentada. -----

----- A única coisa que ali fazia sentido era aumentar a oferta pública e muito se tinha falado no incentivo à oferta privada. Porque não, como já ali se falou, facilitar o licenciamento? Facilitar a construção, facilitar o aumento da oferta, porque se não houvesse casas suficientes os preços não iam descer e sem esse acordo dos privados não iriam conseguir esse desiderato. Mais uma vez havia ideologia em todo o lado e só se falava em oferta pública. -----

----- No ponto 1 falava-se em limitar o despejo, travar a subida das rendas, prolongar os contratos de arrendamento, limitar as possibilidades de renovação. Tudo isso já foi testado e foi no Estado Novo e viu-se o resultado, como ficou Lisboa e como era o mercado de arrendamento. Isso não era solução, estava testado e já sabiam. -----

----- Se fizessem esse tipo de soluções o que acontecia era quem tinha casas arrendadas ficava bloqueado, mas mais ninguém ia meter uma casa nova no mercado de arrendamento, porque o incentivo estava todo para não o fazer. -----

----- Na parte da Caixa Geral de Depósitos lá estava essa coisa ideológica de instrumentalizar a empresa pública, como se não houvesse ali dinheiro dos contribuintes. A função da Caixa Geral em primeiro lugar era proteger o dinheiro dos depositantes e depois o dos contribuintes. -----



----- Se havia famílias com dificuldades e que queriam ajudar, devia ser o Estado a ajudar essas famílias e de forma direcionada, não era pegar no banco público e estar a fazer a promoção dos preços e as moratórias e tudo o mais de forma indiferenciada, como se não fossem os contribuintes a pagar isso no final do dia. Se havia pessoas que tinham de apoiar, era o Estado que o devia fazer. -----

----- A Caixa Geral tinha de estar no mercado em concorrência com os outros bancos, a proteger os depositantes e o dinheiro dos contribuintes. Era isso que pediam e ainda há pouco tempo tiveram que lá meter não poucos milhares de milhões de euros e não o querendo voltar a fazer, mas isso era garantir que o teriam de fazer.-----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que a moção era sobre um problema que os preocupava a todos e todos estavam a procurar as soluções, mas era curioso que se apresentava essa moção como se não se estivesse a fazer nada relativamente ao problema da habitação. Nem tudo estava ainda a ser feito, mas estavam nesse momento na discussão de novas políticas de habitação e o PS até foi acusado de ser comunista por várias forças políticas, por procurar aumentar a oferta de habitação através de arrendamento coercivo de algumas habitações desocupadas. -----

----- Essa preocupação existia no Governo, era um assunto que estava em discussão na Assembleia da República e inclusive na Câmara Municipal de Lisboa. Ainda na última reunião descentralizada se soube que as câmaras, aliás com o apoio do Governo através das verbas do PRR, estavam todas com investimentos grandes na habitação pública para fazer face às necessidades. -----

----- Resolviam-se os problemas todos? Provavelmente não, mas não era pelas moções que a CDU apresentava que os iam resolver. -----

----- Sobre o congelamento das rendas já todos falaram ali. Mesmo assim o Governo deu um passo de limitar o aumento a 2%, isso já foi um passo grande. Não se sabia exatamente se iam conseguir equilibrar a situação do mercado, mas não se fez o congelamento e achava bem porque isso só ia encontrar soluções antigas e problemas que ainda estavam a tentar resolver. -----

----- Outra questão era o ponto 3, que era impedir o funcionamento do mercado. Obviamente não pediam à Caixa, que estava em situação de mercado, para limitar a sua função comercial e que não fosse cobrar os créditos que concedia, ou daí a uns tempos não teriam só um problema de habitação e teriam novamente um problema no sistema financeiro, sabendo as preocupações que deu nos últimos anos. -----

----- Embora pudesse concordar com grande parte das preocupações que ali estavam e que todos eram sensíveis, as soluções que eram apresentadas não permitiam que o PS votasse favoravelmente essa moção. -----

----- **Membro José Marinho (PSD)** disse que depois de tudo o que foi dito não haveria nada mais a acrescentar. De qualquer forma, queria ainda acrescentar uma situação que lhe doía um pouco. -----

----- A Membro Isabel Varão ia defender uma moção que já foi apresentada na Assembleia anterior, que não pôde ser votada, e logo na estreia calhou-lhe fazer essa apresentação. A si doía porque era uma Senhora do seu bairro, que nasceu duas ruas abaixo onde tinha nascido, era aproximadamente da sua idade e gostava que isso não fosse reprovado, mas por tudo o que foi dito e o PSD absorvesse essas palavras, não tinham outra hipótese senão votar contra. -----



----- **Membro Isabel Varão (CDU)** disse que saudava a capacidade de debate e de argumentação que foi despendida por todas as forças políticas. Finalmente encontraram um tema que mobilizava todos. Queria salientar isso, havia mérito nisso, mas não podiam esperar do PCP que defendesse soluções pró-capitalistas. -----

----- O PCP apresentou segundo o seu entendimento, eram a oposição verdadeira porque não gostavam do capitalismo, porque o capitalismo levado a um exagero, tal como estava atualmente na sociedade portuguesa, conduzia a problemas grandemente insolúveis. -----

----- Havia uma especulação imobiliária galopante, em que não havia uma remissiva do valor da habitação para as famílias, havia uma remissiva para o lucro que não tinha em conta situações sociais, não tinha em conta sociedades em que estava inserida, Portugal e Lisboa particularmente. Eram fundos imobiliários estrangeiros que estavam a comprar grande parte da Cidade de Lisboa. Havia esse exemplo na Baixa, que toda a gente gabava por estar muito bem recuperada, mas era para portugueses viverem? Não era. -----

----- Se as soluções não agradavam, era natural que não lhes agradassem porque iam diretamente ao cerne do problema, uma banca que usava a população, usava o dinheiro dos impostos para sanar problemas que ela própria criava diretamente. Pouco tempo antes tinha sido dada uma sentença acerca do Ricardo Salgado, tinham um exemplo acabado. -----

----- A banca não existia para facilitar a vida às pessoas, a banca existia para ter os lucros. Triste era que um banco público como a Caixa Geral de Depósitos existisse só segundo critérios comerciais. Isso era realmente duro, atendendo a que dinheiros públicos foram colocados naquele banco sucessivamente. -----

----- Se por um lado tinham uma das facetas dessa questão e com a qual não houve arrendamento, mas tinham de refletir que havia outros aspetos que deviam ser ponderados e realmente a situação de deixar o capitalismo à solta, sem regras, sem limites e usando dinheiros públicos, dinheiro dos impostos. Por isso faziam a remissiva sempre para a construção pública, era nessa que podiam intervir enquanto força política, não era certamente na gestão privada dos bancos, em que cada um faria como entendesse. -----

----- O Macedo veio agora dizer que iria implementar algumas “benesses” para situações de incumprimento ou de incumprimento parcial dos pagamentos das casas, mas isso era curto, porque depois os números falavam por si. Onde estava realmente a responsabilidade social? Não existia. Portanto, continuavam a apontar para habitação pública, que o ano de 2022 foi o ano de menor construção de edifícios para habitação a nível global do País. -----

----- Lamentava não encontrar eco, mas continuavam a acreditar vivamente na justeza dessas propostas. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção da CDU intitulada “Garantir o direito à habitação, combater a especulação imobiliária”**, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 16 votos contra (PSD, CDS-PP, 4PS, IL e CHEGA), 1 voto a favor (CDU) e 1 abstenção (PS). -----

----- **Ponto 12 - Apreciação, Discussão e Deliberação sobre a Recomendação do CHEGA intitulada “Alteração do traçado da ciclovia da Avenida de Berna”;**-----

----- **Membro Luís Pereira Nunes (CHEGA)** disse que finalmente iam ter duas recomendações que diziam respeito efetivamente à área geográfica da Freguesia. -----

----- Já foi falado que ia haver uma alteração ao traçado da ciclovia da Avenida de Berna e a



proposta era que em vez dessa alteração ser feita até à Avenida Marquês Sá da Bandeira fosse até à Marquês de Tomar, desviada antes de chegar à Igreja de Nossa Senhora de Fátima para depois entrar na Avenida Elias Garcia. Isso porque teriam alguns espaços de estacionamento junto à Igreja de Nossa Senhora de Fátima e não ia criar grandes problemas à ciclovia, porque as 600 trotinetes e bicicletas e patins em linha que passavam lá, duvidava. Nesse caso concordava com o Senhor Presidente do Executivo. -----

----- Apresentou o documento (*CONFORME ANEXO 15*). -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que o CHEGA já habituou a essas práticas de, como não tinha nada para fazer, levava assuntos que já andaram por ali, já foram votados e tentava mudar-lhes o palavreado. Esse assunto já foi deliberado, já estava decidido a contento da Freguesia e do seguimento daquilo que a Freguesia solicitou à Câmara. Não valia a pena agora só para marcar terreno apresentar uma recomendação em que não conseguia sequer o traçado que era ali proposto, porque aquilo não fazia sentido, mas quando já havia uma decisão e o problema estava resolvido, já foi anunciado publicamente e foi ali só para falar mais uma vez do assunto.

----- O PSD, naturalmente, estando já o assunto bem decidido, iria votar contra essa recomendação. -----

----- **Membro Gonçalo Santos (IL)** disse que gostava muito de andar de bicicleta, andava desportivamente e também como meio de transporte. Quando começou a andar de bicicleta em Lisboa não havia uma única ciclovia e utilizava a bicicleta como se fazia com uma mota, utilizá-la na via dos carros. -----

----- Se calhar era dos 600 ou muitos 600 que passavam diariamente na ciclovia da Avenida de Berna, no sentido Este-Oeste, porque para lá ia por outro caminho. Achava aquela ciclovia um desastre autêntico e quem andava de bicicleta percebia isso perfeitamente. Não se podia ter lancis assim, porque a bicicleta podia resvalar e as pessoas caírem. Os “Einsteinss” que construíram nem sequer perceberam isso, passava à frente das paragens de autocarro. -----

----- Nesse caso a IL iria abster, pelas razões que o Membro Paulo Lopes disse. Se isso já estava decidido, mas que tirassem aquelas coisas que não faziam sentido nenhum. Por exemplo na Avenida da República fazia todo o sentido a ciclovia. Era uma estrutura independente, havia ali uma separação com os carros e com os peões. Deviam fazer simplesmente aquilo que se fazia noutros países, em que a ciclovia era uma linha de entrada à direita, aquilo que fazia e que muitos ciclistas faziam. Devia haver algum respeito por parte dos automobilistas, mas os ciclistas limitavam-se a si próprios pela direita. -----

----- No caso da Avenida de Berna tinha a ver também com falta de estacionamento, roubava estacionamento às pessoas. Qualquer alternativa àquilo que havia na Avenida de Berna votaria a favor, nesse caso abstinha pela razão que já dissera. -----

----- **Membro Sigismundo Nunes (PS)** disse que ficava muito contente por ver tantos especialistas em mobilidade ali na sala, no seu caso não era. -----

----- A aposta na mobilidade sustentável, onde se incluía a rede de ciclovias, tinha vindo a ser adotada pela maioria das grandes cidades europeias. Tinham um plano de mobilidade sustentável, ao contrário da Cidade de Lisboa. Parecia essencial que fosse feita uma auditoria à rede de ciclovias, tendo em vista a sua expansão e melhoria. -----

----- Desse modo, consideravam extemporânea a proposta de alteração de ciclovia da Avenida de Berna, que já deixou de ser proposta, e gostaria de fazer algumas referências sobre o

Handwritten initials and a signature in blue ink.



documento mais importante da Cidade de Lisboa e que era o PDM. -----

----- Ao Município de Lisboa afluíam diariamente mais pessoas do que residentes, dois em cada três carros que circulavam iam dos concelhos vizinhos e a cidade não tinha condições para acolhê-los. As ruas e praças no centro não foram construídas para o automóvel, cujos movimentos ficavam constrangidos. Daí resultavam níveis muito elevados de poluição no ar, ruído e... do espaço público. A área ocupada por faixas de rodagem era exagerada, num permanente conflito com os peões.-----

----- Diminuir o número de carros a circular em Lisboa era um dos objetivos do PDM. Para isso apostava nos transportes públicos, nos meios suaves de transporte, a pé ou de bicicleta, e numa nova política de estacionamento.-----

----- Lembrou que já foram feitos vários comentários sobre esse tema e o PDM não recomendava o estacionamento em vias de nível hierárquico idêntico ao da Avenida de Berna e inclusive no próprio PDM era vedado o estacionamento para cargas e descargas.-----

----- Foi dito na altura que essa ciclovia tinha uma importante missão de ligar o eixo ciclável da Avenida da República ao eixo da Praça de Espanha.-----

----- Existia uma petição pública intitulada “Avenida de Berna – Intervenção a pensar nas pessoas” já com 336 assinaturas, solicitando entre outras coisas a participação pública para o processo de decisão sobre a ciclovia e espaço público da Avenida de Berna. Lembrava que a petição contra a ciclovia da Avenida de Berna tinha 271 subscritores.-----

----- Propunha-se que a Junta de Freguesia promovesse junto do Executivo da Câmara Municipal uma proposta de desenvolvimento do projeto de requalificação da Avenida de Berna com pressupostos idênticos ao processo que estava em curso relativamente à Avenida Almirante Reis, em que alguns pressupostos desse projeto eram o desenvolvimento de uma solução focada principalmente na saúde e na segurança das pessoas, dando primazia ao seu bem-estar através da mitigação dos problemas ambientais, ruído e onda de calor, e a deslocação em modos ativos e sustentáveis.-----

----- Também o desenvolvimento de uma solução que promovesse o envolvimento ativo das pessoas, que o PS achava essencial e que não parecia estar a existir nesse caso, de modo a fortalecer as relações de confiança entre os cidadãos e os seus governantes autárquicos.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que não podia deixar de referir que achava muito bem estar-se a pedir a intervenção das pessoas e que fossem ouvidas as pessoas, porque quando foi para instalação da ciclovia da Avenida de Berna fez-se de um dia para o outro sem ouvir as pessoas. Era um Executivo Camarário do PS e houve uma Assembleia de Freguesia extraordinária convocada nessa altura que votou contra a instalação da ciclovia na Avenida de Berna, isso foi num dia à noite e no dia a seguir de manhã a ciclovia foi instalada.-----

----- **Membro Luís Duarte (CDS-PP)** disse que começava por dar nota que quem não era especialista acabou por levar ali depois uma série de recomendações técnicas até bastante completas.-----

----- A recomendação com que o Membro do PS terminou a intervenção não foi mais do que aquilo que os eleitos do CDS e onde se incluía fizeram numa Assembleia ordinária, em que apelaram precisamente a que o Executivo junto da CML pudesse olhar para o traçado desastroso da ciclovia da Avenida de Berna e que se fizesse essa avaliação que ali foi sugerida.-----

----- Também era bom dar nota que na sequência da intervenção do Executivo as coisas chegavam



a um ponto, como foi recentemente anunciado, de se ter concluído com uma alteração a conteúdo dos fregueses das Avenidas Novas. -----

----- A posição do CDS-PP era desfavorável pelo destempo que a proposta ali surgia, mas também não podiam deixar de dar nota que as referências feitas a propósito da inexistência de um plano de mobilidade conveniente para a Cidade de Lisboa não deixavam de ser curiosas, tendo em conta que a autarquia foi cerca de catorze anos liderada pelo Executivo socialista. Aliás, podiam fazer a mesma reflexão sobre a questão da habitação municipal e social. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que estava a ouvir o eleito do PS e estava pasmado, tinha de subscrever a intervenção do PS, totalmente de acordo, só havia dois ou três pequenos pormenores, nomeadamente referir que o PS foi incapaz de fazer durante catorze anos aquilo que propunha agora que fosse feito. -----

----- Por outro lado, tudo o que existia feito de ciclovias em Lisboa, bem ou mal, foi em grande parte executado pelo PS e agora vinham dizer que não havia uma estratégia para a mobilidade ligeira. Não conseguia perceber. Não estiveram na Câmara? -----

----- Como disse o Senhor Presidente e muito bem, a ciclovia da Avenida de Berna nasceu de um dia para o outro, ninguém foi ouvido, ninguém foi consultado. Então agora tinham de consultar? -----

----- Achava muito bem, no seu caso já tinha feito petições à Assembleia Municipal. Se a petição tinha 336 pessoas ainda bem, se a outra só tinha 271, mas se calhar para levar à Assembleia Municipal não precisava de tantas. Portanto, não ia entrar numa guerra de competição de petições. -----

----- A verdade era que dessa vez ouviram as pessoas, esse assunto foi debatido durante quase um ano, a outra nasceu de um dia para o outro. Durante catorze anos não faziam um plano e agora vinham dizer que era preciso um plano. Subscrevia que era necessário fazer um plano, mas era bom dizer-se que o PS foi incapaz de o fazer em catorze anos que esteve na Câmara e com maiorias. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que queria só questionar o Membro Paulo Lopes, foram autarcas na Freguesia durante muitos anos e relativamente a planos de mobilidade lembrava-se de haver um plano de mobilidade que se chamava “Novas Avenidas Novas”, que foi lançado pelo Vereador Nunes da Silva. Sabia que houve qualquer coisa, houve até uma apresentação pública desse plano no Palácio Galveias, com uma exposição. Lembrava-se de ter ido ver quando estava na associação de moradores. -----

----- Chegou a haver um plano de mobilidade sustentável que estaria supostamente integrado num plano de mobilidade da cidade, isso dito pelo Vereador Nunes da Silva. Na altura iam começar pelas Avenidas Novas. -----

----- Não sabia se o Membro Fernando Pereira se lembrava disso. No seu caso lembrava certamente, de ir ver essa exposição onde estava também o projeto da Avenida da República, que foi mudado muito também por pressão dos moradores. Fizeram nessa altura duas assembleias com o Vereador e com os moradores e conseguiu-se mudar a Avenida da República para melhor. -----

----- **Membro Gonçalo Santos (IL)** disse que não tinha falado enquanto especialista, tinha falado enquanto utilizador e a sua opinião foi sempre enquanto utilizador. Isso devia ser levado em conta, porque havia ali situações perigosas. Era uma questão objetiva e não subjetiva, aquilo estava mal feito. -----

----- **Membro Luís Pereira Nunes (CHEGA)** disse que não era técnico de mobilidade, mas já



tinha sido durante muitos anos um utilizador de bicicletas. Nessa altura a idade já não permitia, mas era um utilizador de automóvel e morava nesse bairro, tinha pleno conhecimento do que se passava no bairro. Se morasse noutra talvez não tivesse tanto conhecimento. -----

----- Quando lhe iam dizer que não valia a pena discutir esse assunto porque já estava definido, lembrava que na Assembleia Municipal de Lisboa, no início da legislatura, falaram sobre a ciclovia da Avenida de Berna e o Senhor Presidente de Avenidas Novas votou a favor da sua manutenção... felizmente havia gravações e tiver oportunidade logo a seguir de referir esse assunto. Portanto, esse assunto estava definido. -----

----- A seguir houve uma alteração e agora havia uma nova alteração sobre o traçado. Também não valia a pena discutir porque isso estava definido, mas se não valia a pena discutir porque estava definido iriam discutir o quê? Mesmo que já estivesse o traçado feito teriam sempre hipótese de propor uma alteração. -----

----- Votar a favor ou votar contra, eram sempre livres de fazer o que quisessem, mas a razão que davam para se absterem ou votar contra ser uma questão atempada para si não tinha validade. --

----- Gostava também de referir que era importante alterar a política de mobilidade na cidade, mas primeiro tinham de arranjar soluções para, por exemplo, cortar trânsito em determinadas vias, porque sem soluções tinham um caos na cidade com os cortes das vias. Não arranjam alternativas, criaram a quinta circular no meio da cidade? -----

----- Para diminuir fortemente os automóveis na cidade e pôr as ciclovias onde quisessem tinham primeiro de arranjar parques de estacionamento à entrada das cidades para as pessoas não precisarem de ir de automóvel para Lisboa, porque uma grande parte das pessoas ia de fora da cidade. Primeiro tinham de arranjar a forma de minimizar esse assunto. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação do CHEGA intitulada “Alteração do traçado da ciclovia da Avenida de Berna”**, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 15 votos contra (PSD, CDS-PP, PS e CDU), 2 abstenções (IL) e 1 voto a favor (CHEGA). -----

----- **Ponto 13 - Apreciação, Discussão e Deliberação sobre a Recomendação do CHEGA intitulada “Prostituição no Alto do Parque”;** -----

----- **Membro Luís Pereira Nunes (CHEGA)** disse que o CHEGA, como não tinha assuntos para tratar e queria ter palco, ia novamente falar da prostituição no Alto do Parque. Era um problema tão grave, pelo menos do ponto de vista do CHEGA, que não deixariam morrer por muito que criticassem, por muito que dissessem que já tinha ali ido. Foi ali várias vezes, mas enquanto essa chaga social, tanto para as mulheres que lá estavam, obrigadas ou não, como para os moradores, era um assunto que os preocupava e fazia parte da Freguesia, levariam isso até ao fim e estar resolvido. -----

----- Nesse caso já foram minimizados alguns dos problemas com a intervenção da polícia. Foi aprovado na penúltima Assembleia ordinária a videovigilância de proteção, mas havia um ponto em que não tiveram resposta e que era o ponto das migrações. A maior parte dessas senhoras eram pessoas imigrantes e independentemente de tudo o que estava ligado à prostituição, tráfico humano, tráfico de droga, existia algo ainda mais grave e que era o sofrimento que deviam ter as mulheres que estavam a desenvolver essa profissão. -----

----- Não iam acabar com a prostituição no mundo, mas pelo menos no Alto do Parque e na Freguesia gostavam de acabar. -----



----- Já tinham pedido que se contactasse o SEF, nunca foi dada resposta relativamente a se houve ou não contactos com o SEF. Sabia que já tinha estado agendada uma reunião com o SEF, mas não sabia o que se passou. O Senhor Presidente do Executivo nunca dava respostas no seguimento do que era ali proposto. -----

----- Apresentou o documento (*CONFORME ANEXO 16*). -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação do CHEGA intitulada “Prostituição no Alto do Parque”**, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 15 votos contra (PSD, CDS-PP, PS e CDU) e 3 votos a favor (IL e CHEGA).-----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta (ANEXO 17)** relativa à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Deu por encerrada a sessão. Eram vinte e duas horas e quarenta minutos.-----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1.º SECRETÁRIO

2.º SECRETÁRIO

O PRESIDENTE



ANEXOS

1. Convocatória.
2. Folha de Presenças.
3. Pedidos de substituição.
4. Celebração de Contrato Interadministrativo de Cooperação | Equipamentos Desportivos – Proposta nº 01/PRES-VJB/2023.
5. Acordo de Transferência de verba | Medidas de combate à inflação aprovadas pela Câmara Municipal - Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e da Componente de Apoio à Família (CAF) Ano letivo 2022/2023 – Proposta nº 01/PRES-VAX/2023.
6. Celebração de Contrato Interadministrativo de Cooperação | Higiene Urbana – Proposta nº 100/PRES/2023.
7. Celebração de Contrato de Delegação de Competências | Higiene Urbana – Proposta nº 101/PRES/2023.
8. Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Cooperação – Proposta nº 102/PRES/2023.
9. Celebração de Adenda ao Contrato de Delegação de Competências celebrado com o Município de Lisboa (Contrato n.º 6/UCT/DRJF/2019) – Proposta nº 103/PRES/2023.
10. Alteração das competências referentes ao Serviço de Espaço Público e Infraestruturas da Freguesia no Regulamento da Estrutura Orgânica da JFAN – Proposta nº 104/PRES/2023.
11. Atribuição de Subsídio sob a forma de Apoio Financeiro, no âmbito do Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros e Não Financeiros | Requerente: Associação Portuguesa contra a Leucemia – Proposta nº 81/PRES/2023.
12. Moção do PSD intitulada “Operacionalidade dos hospitais em caso de sismo.
13. Recomendação do PSD intitulada “Revisionismo Literário”.
14. Moção da CDU intitulada “Garantir o direito à habitação, combater a especulação imobiliária”.
15. Recomendação do CHEGA intitulada “Alteração do traçado da ciclovia da Avenida de Berna”.
16. Recomendação do CHEGA intitulada “Prostituição no Alto do Parque”.
17. Ata em minuta.